



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2014
(Do Sr. Rubens Bueno)**

Requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a “descoberta” contábil de R\$ 4 bilhões de um crédito em favor da União em conta paralela de uma das maiores instituições financeiras privadas do país.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado pedido de informações, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre a “descoberta” contábil de R\$ 4 bilhões de um crédito em favor da União em conta paralela de instituição financeira, nos seguintes termos:

- a) Montante exato do valor “descoberto”;
- b) Tempo que a conta ficou sem ser “descoberta”;
- c) Tipo de conta;
- d) Nome da instituição financeira responsável por esse valor;
- e) Eventuais razões da mudança no registro contábil desse valor;
- f) Fatos semelhantes ocorridos nos últimos 10 anos: ano, número de vezes, montante e procedimentos adotados;
- g) Natureza do crédito;
- h) Razões apresentadas pela instituição financeira ter realizada tal operação em maio deste ano;
- i) Embasamento legal da operação;
- j) Verificação de falha no sistema de apuração: responsáveis e medidas tomadas para que tal erro não se repita;
- k) Procedimentos adotados por este Ministério;
- l) Resultado fiscal consolidado da União para o primeiro semestre de 2014 e expectativa da autoridade monetária para o ano de 2014.

JUSTIFICAÇÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Reportagem veiculada pelo Jornal O Estado de São Paulo revelou a descoberta de R\$ 4 bilhões de um crédito a favor da União em uma conta paralela em uma das maiores instituições financeiras do país. Tal valor foi incluído no caixa do Tesouro Nacional em maio contribuindo para reduzir o déficit primário das contas públicas.

Segundo o Jornal, o valor de um banco privado ficou em uma conta fora do controle do Banco Central e foi contabilizado no desempenho fiscal do mês de maio. Sem a contabilização desses recursos, as contas públicas do mês chegariam a R\$ 15 bilhões de déficit, o pior resultado da história para o mês de maio.

Tal fato causa apreensão por diversas razões. Infelizmente, o atual governo tem utilizado manobras condenáveis para melhorar as contas do governo. A chamada “contabilidade criativa” causou enorme dano para a confiabilidade de nossas instituições e tem sido um dos responsáveis pela desconfiança geral dos analistas econômicos em relação aos números do Tesouro e, por conseguinte, da seriedade do país no enfrentamento de nossos problemas econômicos.

Não menos importante é a aparente falta de sintonia entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central na apuração e na explicação das causas da ocorrência do fato em análise. Segundo a imprensa, ambas as instituições não chegaram a um consenso sobre o ocorrido, o que expõe uma fragilidade institucional danosa para o bom andamento de nossas instituições democráticas.

Por fim, o ocorrido pode representar uma deficiência grave na apuração e controle dos registros contábeis das instituições financeiras que atuam no país.

Infelizmente, nos últimos tempos estamos convivendo com medidas heterodoxas que nos levam a temer pela credibilidade de nossas instituições e, por conseguinte, pelo próprio desenvolvimento econômico pelo qual todos almejamos.

Diante de tais fatos, sabendo de nosso compromisso institucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo, solicitamos as informações acima para que possamos compreender o que de fato ocorreu.

Sala das Sessões, em 17 de julho de 2014.

**Deputado RUBENS BUENO
PPS/PR**